

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / XIII (2 .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto: Situação das tripulações dos navios Funchal e Porto

Destinatário: Min. do Mar

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Partido Comunista Português deslocou-se hoje ao Cais da Matinha no Porto de Lisboa, tendo contactado com tripulantes dos navios Funchal e Porto, que ali se encontram desde 2015, afetados pelas graves consequências de um processo de insolvência que continua a arrastar-se e a infernizar as vidas destes trabalhadores. Em agosto de 2013, com pompa e circunstância, o então Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho afirmava que o País precisava de mais empresários como aquele que então dirigia a Portuscale Cruises. O resultado está à vista.

Tivemos a possibilidade de reunir com estes tripulantes e tomar conhecimento da situação insustentável que lhes está a ser imposta, particularmente desde dezembro de 2016, altura em que deixaram de ser pagos os salários a estes trabalhadores e deixou de ser feito o abastecimento de combustível a estes navios. Em consequência desta situação, as condições de trabalho e de habitabilidade a bordo têm vindo a agravar-se cada vez mais: água racionada, energia elétrica disponível apenas três horas por dia, falta de fornecimentos de todo o tipo.

Esta situação, já insustentável pelas razões expostas, vai tornar-se a curto prazo um problema ainda mais grave, nomeadamente quando o combustível a bordo se esgotar totalmente. Quando isso acontecer, estaremos perante uma situação de emergência, não só no plano social e laboral, mas desde logo ao nível da segurança – com os dois navios a perder toda e qualquer capacidade, desde as comunicações aos meios de combate a incêndios. Aliás, em bom rigor, já hoje muitas destas preocupações se podem colocar em relação à segurança destes dois navios, que na maior parte do tempo se encontram sem energia e com os sistemas desligados, bem como em relação às respetivas tripulações.

O processo de insolvência não tem fim à vista e os trabalhadores estão confrontados com um quadro cada vez mais insuportável. Os salários em atraso, a falta de condições a bordo e a inexistência de uma perspetiva de solução constituem uma exigência de intervenção e acompanhamento efetivo, com a máxima urgência, das autoridades competentes.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo o seguinte:

- Que medidas urgentes serão desenvolvidas pelas autoridades competentes no sentido de dar resposta aos graves problemas com que se confrontam as tripulações dos navios Funchal e Porto?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 9 de Março de 2017

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)